

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 2024

Florianópolis/SC

PRESIDÊNCIA

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

CORREGEDORIA

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

DGA Alessandro Postali

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor Eduardo Cardoso Silva

DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Contadora Ellen White Baiense Concenço

EQUIPE TÉCNICA

Contadora Ellen White Baiense Concenço

Contadora Ariane Debastiani

Contadora Mara Beatriz Guarda Lara

Sumário

1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2 POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES	6
3.1 BALANÇO PATRIMONIAL	6
3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante.....	8
3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	8
3.1.1.2 Estoques	10
3.1.1.3 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	11
3.1.1.4 Imobilizado.....	11
3.1.1.5 Intangível.....	12
3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante	12
3.1.2.1 Transferências Fiscais a Curto Prazo	13
3.1.2.2 Valores Restituíveis.....	13
3.1.3 Patrimônio Líquido	13
3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	14
3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	15
3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	18
3.3 BALANÇO FINANCEIRO	21
3.3.1 Ingressos	21
3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	23
3.4.1 Receitas Orçamentárias.....	23
3.4.2 Despesas Orçamentárias	24
3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	26
4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL.....	29
5 REGULARIDADE DE INVENTÁRIO	30

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), cadastrado no CNPJ sob o nº 12.300.939/0001-50, foi criado pela Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, e alterado pelas Leis nº 8.362, de 10 de outubro de 1991, nº 807, de 21 de dezembro de 2022 e Resolução CM nº 2, de 13 de março de 2023.

É constituído por recursos do orçamento público do estado, principalmente das receitas dos cartórios extrajudiciais oficializados, das receitas de custas judiciais e extrajudiciais, das doações, legados e contribuições, dos recursos transferidos por entidades públicas ou créditos adicionais, da remuneração oriunda da aplicação financeira e de outros recursos que lhe forem transferidos.

Tem por finalidade o fortalecimento dos recursos financeiros destinados ao reequipamento físico e tecnológico do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, bem como para remunerar a Assistência Judiciária Gratuita (AJG) e os estabelecimentos destinados a atender políticas de proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo, na:

- Elaboração e execução de planos, programas e projetos;
- Construção, ampliação e reforma de prédios;
- Aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
- Implementação dos serviços de informática;
- Manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
- Implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998;
- Contratação de estagiários para atuarem junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente;
- Capacitação de recursos humanos;
- Pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O FRJ possui um Conselho de Administração, composto por cinco membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, no qual participam também um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e um do Ministério Público.

A competência do Conselho é:

- Fixar as diretrizes operacionais do FRJ;
- Baixar normas e instruções complementares disciplinares da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- Propor o plano de aplicação do FRJ;
- Decidir sobre a aplicação dos recursos financeiros do FRJ, respeitadas as propostas do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- Examinar e aprovar as contas do Fundo, ouvido o controle interno do Poder Judiciário;
- Designar, coordenar, delegando-lhe competência para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo;
- Promover por todos os meios o desenvolvimento do FRJ, e gerenciar para que sejam atingidas suas finalidades;
- Apresentar, anualmente, relatórios de suas atividades ao Presidente do Tribunal de Justiça, que o submeterá à apreciação do Egrégio Tribunal Pleno;
- Exercer as demais atribuições indispensáveis à supervisão superior e à gestão do FRJ.

O Fundo de Reparelhamento da Justiça integra o sistema de controle e fiscalização dos atos ou serviços notariais e de registro, sendo cobrado um valor denominado “taxa do FRJ”, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia na fiscalização da atividade extrajudicial e incidirá no momento da prática do ato ou serviço notarial e de registro. Sobre o valor dos emolumentos são acrescentados 22,73%, os quais serão recolhidos ao FRJ, mensalmente, de forma cumulativa.

Além de outros mecanismos de fiscalização, é realizada auditoria do recolhimento da referida taxa, mediante confronto da apuração da taxa do FRJ com o saldo total escriturado no Livro Diário Auxiliar de Registro da Receita e da Despesa previsto no Provimento nº 45, de 13 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à contabilidade pública, sobretudo, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Instrução Normativa TC nº 020/2015 e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Os demonstrativos contábeis quantitativos foram elaborados a partir de informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostas pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea a, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC nº 1.330/2011), combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional empregando-se a taxa de câmbio vigente, na data das demonstrações contábeis.

As disponibilidades e os créditos e obrigações estão mensurados pelo valor original. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado.

Os materiais e bens móveis, imóveis e intangíveis adquiridos, construídos ou desenvolvidos pelo FRJ são transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça ao final de cada período mensal, conforme disposto na Lei nº 8.067/1990.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações contábeis são elaboradas com base na Lei nº 4.320/1964, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na Instrução Normativa TC nº 020/2015.

A contabilidade do FRJ é realizada através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que tem por finalidade realizar o processamento, o controle e a execução financeira, patrimonial e contábil, consolidando as informações de todas as unidades gestoras que compõem o orçamento público estadual. Os dados da execução orçamentária do FRJ são processados pelo sistema ERP e transferidos por integração para o SIGEF.

As demonstrações contábeis foram extraídas diretamente do SIGEF e acrescentadas as notas explicativas necessárias para agregar maiores esclarecimentos aos usuários da informação contábil.

É importante considerar que, as notas explicativas compõem a Prestação de Contas Anual (PCA) e consistem em informações adicionais às Demonstrações Contábeis Aplicáveis ao Setor Público (DCASP). O objetivo é facilitar sua compreensão, considerando os mais diversos usuários. Ademais, incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estejam inseridas nas DCASP.

Este demonstrativo contribui para a melhoria da *accountability* e transparência das contas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) e instrumentalização do controle por parte dos gestores e da sociedade em geral.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Essa demonstração contábil evidencia a situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, através de contas representativas do patrimônio público, compensação, financeiras e permanentes. O quadro 1 demonstra a situação patrimonial desta unidade gestora.

ESPECIFICAÇÕES	2024	2023
ATIVO	1.404.059.319,46	1.179.399.685,55
Ativo Circulante	1.280.652.979,72	1.090.863.403,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
Dívida Ativa Tributária	437.399,12	766.213,41
Dívida Ativa Não Tributária	490.978,65	676.550,59
Adiantamentos Concedidos	-	1.760,00
VPD Pagas Antecipadamente	19.598.444,50	18.034.674,49
Prêmios de Seguros a Apropriar	568.779,59	104.658,74
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	19.029.664,91	17.930.015,75
Ativo Não Circulante	123.406.339,74	88.536.282,15
Créditos a Longo Prazo	1.760.204,47	1.710.784,78
Imobilizado	121.646.135,27	86.825.497,37
Bens Imóveis	121.646.135,27	86.825.497,37
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.404.059.319,46	1.179.399.685,55
Passivo Circulante	74.637.208,52	60.713.491,07
Encargos Sociais a Pagar	1.693.510,69	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	15.056.463,42	12.197.352,39
Valores Restituíveis	57.887.234,41	48.516.138,68
Patrimônio Líquido	1.329.422.110,94	1.118.686.194,48
Resultados Acumulados	1.329.422.110,94	1.118.686.194,48

Quadro 1: Balanço Patrimonial

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, conforme se demonstra no quadro 2.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
Ativo Permanente	143.933.162,01	108.015.480,64
Total Ativo (I)	1.404.059.319,46	1.179.399.685,55
PASSIVO		
Passivo Financeiro	135.903.766,23	129.297.616,32
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	135.903.766,23	129.297.616,32
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	1.268.155.553,23	1.050.102.069,23

Quadro 2: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Os atos potenciais são compromissos assumidos com terceiros, que impactam resultados futuros. São registrados em contas de compensação e estão demonstrados no quadro 3.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
Obrigações Contratuais	949.099.781,44	481.570.639,78
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	949.099.781,44	481.570.639,78

Quadro 3: Quadro das Contas de Compensação

O quadro do superávit e déficit financeiro por fonte de recursos também acompanha o Balanço Patrimonial. Os saldos apurados decorrem da diferença entre o ativo e o passivo financeiro e estão demonstrados no quadro 4.

FONTE DE RECURSOS	2024	2023
1.500.100.000	607.322,20	158.804,68
1.501.101.000	-	2.309,33
1.501.269.000	13.207.858,66	7.907.196,48
1.753.219.000	103.202.601,36	113.801.403,71
1.759.269.000	7.743,32	2.425.693,39
1.760.212.000	13.050.213,19	3.447.443,22
1.760.219.000	165.581.203,07	129.854.334,58
1.760.282.000	70.610.301,78	72.501.985,94
1.799.269.000	-	1.709,51
2.500.100.000	158.804,68	-
2.501.101.000	2.309,33	-
2.501.180.000	3.082.229,91	-
2.501.269.000	7.907.196,48	-
2.753.219.000	113.801.403,71	-
2.759.269.000	133.044.128,66	130.618.435,27
2.760.212.000	73,22	-
2.760.219.000	331.243.234,01	385.155.200,29
2.760.282.000	168.714.058,13	96.212.072,19
2.799.269.000	1.709,51	-
TOTAL	1.124.222.391,22	942.086.588,59

Quadro 4: Quadro do Superávit e Déficit Financeiro

3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e os direitos que se realizarão a curto e a longo prazo.

3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa apresenta as disponibilidades financeiras, incluindo os valores depositados em contas correntes e os investimentos de liquidez imediata, conforme se demonstra no quadro 5.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Custas Condução Oficialato	55.978.378,94	44.567.664,17
Recursos de Interinidade	352.288.962,12	249.086.360,76
Atos e Serv. Notariais	13.050.286,41	3.447.443,22
Recursos de Terceiros	1.124.064,45	3.948.363,29
Assistência Judiciária Gratuita	10.986,55	23.858.733,57
Recursos Próprios FRJ	837.673.478,98	746.475.639,90
Total	1.260.126.157,45	1.026.816.540,74

Quadro 5: Demonstrativo de Disponibilidades Bancárias

No gráfico 1, demonstra-se a composição das disponibilidades bancárias, em 31/12/2024, considerando a vinculação dos recursos a atividades específicas.

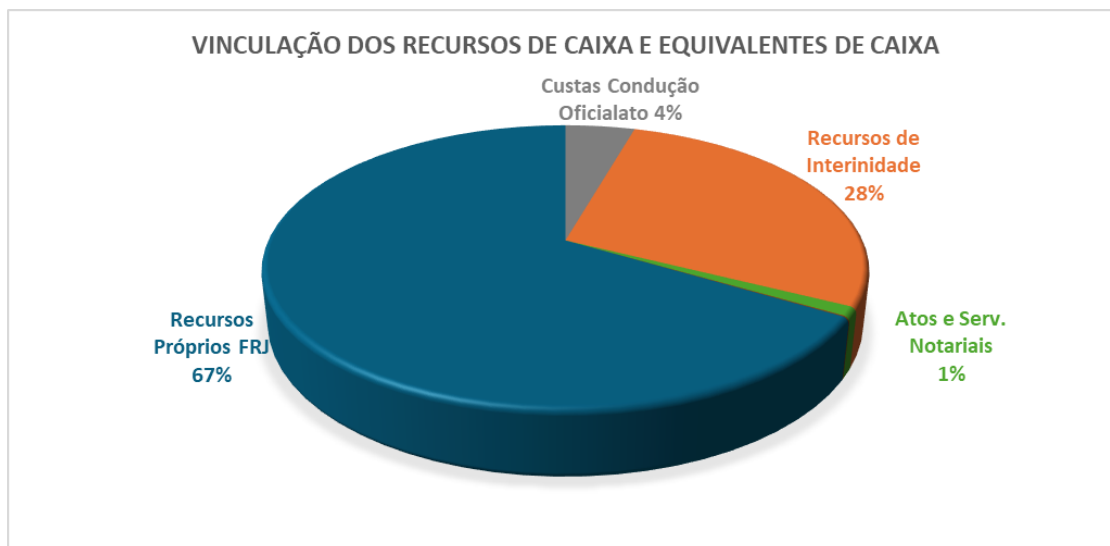


Gráfico 1: Caixa e Equivalente de Caixa

O quadro 6, por sua vez, evidencia a composição da conta caixa e equivalentes de caixa por domicílio bancário e fonte de recursos.

Domicílio Bancário	Fonte de Recursos	2024	2023
001 035823 0000350001	1.500.100.000	607.322,20	158.804,68
001 035823 0000350001	1.500.101.000	-	2.309,33
001 035823 0000350001	1.501.269.000	13.207.858,66	7.957.541,24
001 035823 0000350001	1.753.219.015	103.202.601,36	113.801.403,71
001 035823 0000350001	1.759.269.000	7.743,32	2.425.693,39
001 035823 0000350001	1.760.212.000	13.050.213,19	3.447.443,22
001 035823 0000350001	1.760.219.025	223.976.016,75	190.324.626,97
001 035823 0000350001	1.760.282.062	78.431.395,01	78.826.098,82
001 035823 0000350001	1.760.282.063	-	7,85
001 035823 0000350001	1.799.269.000	-	1.709,51
001 035823 0000350001	1.862.999.000	1.080.788,15	3.932.389,84
001 035823 0000350001	1.869.999.000	43.276,30	15.973,45
001 035823 0000350001	2.500.100.000	158.804,68	-
001 035823 0000350001	2.501.101.000	2.309,33	-
001 035823 0000350001	2.501.180.000	3.166.052,90	-
001 035823 0000350001	2.501.269.000	7.907.196,48	-
001 035823 0000350001	2.753.219.015	113.801.403,71	-
001 035823 0000350001	2.759.269.000	133.044.128,66	130.618.435,27
001 035823 0000350001	2.760.212.000	73,22	-
001 035823 0000350001	2.760.219.025	208.448.883,35	239.948.340,65
001 035823 0000350001	2.760.219.085	10.986,55	23.858.733,57
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	135.284.957,05
001 035823 0000350001	2.760.282.062	168.714.050,28	96.212.072,19
001 035823 0000350001	2.760.282.063	7,85	-
001 035823 0000350001	2.799.269.000	1.709,51	-
001 035823 0000780006	1.862.999.000	55.978.378,94	44.567.664,17
Total		1.260.126.157,45	1.071.384.204,91

Quadro 6: Demonstrativo das Disponibilidades Bancárias por DB e FR

Destaca-se que os saldos das fontes 1.760.212.000, 2.760.212.000 e 2.760.282.063 são destinados ao custeio dos gastos dos cartórios de atos e serviços notariais e de registro. O fluxo da movimentação financeira dessas fontes de recursos está demonstrado no quadro 7.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
1 SALDO INICIAL	3.447.451,07	10.172.370,78
2 Ingressos	91.475.175,38	59.388.935,08
2.1 Receita de serviços extrajudiciais	91.475.175,38	59.075.730,85
2.2 Rendimentos de aplicações Financeiras	-	289.090,18
2.3 Devolução de adiantamentos	-	14.627,66
3 Desembolsos	81.872.332,19	66.113.854,79
3.1 Pagamento às serventias de atos gratuitos	57.710.528,32	55.863.606,57
3.2 Repasse às serventias p/gastos de manutenção	14.368.405,62	8.785.642,01
3.3 Gastos com pessoal	8.892.215,93	864.155,70
3.4 PASEP	901.182,32	590.964,12
4 SALDO DO PERÍODO	9.602.843,19	6.724.919,71
5 SALDO FINAL	13.050.294,26	3.447.451,07

Quadro 7: Fluxo de Caixa dos Recursos Destinados aos Cartórios Extrajudiciais

O saldo da conta 78000-6 é registrado na fonte de recursos 1.862.999.000, cujos recursos decorrem do pagamento de custas pelas partes processuais e se destinam ao custeio das conduções do oficialato da justiça. Sendo, portanto, contabilizado como recursos de terceiros, na conta contábil 2.1.8.8.1.04.17.00-Depósitos de Custas de Condução Oficialato.

Todas as demais operações do FRJ são realizadas através da conta 35.000-1, inclusive as movimentações da Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

3.1.1.2 Estoques

Os materiais e os bens são adquiridos e automaticamente contabilizados no ativo imobilizado, devido à política contábil adotada pela Secretaria de Estado da Fazenda. No entanto, a Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990, determina que “Art. 6º Os bens adquiridos pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ serão incorporados, conforme a destinação, ao patrimônio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou do Poder Executivo estadual.”

Desse modo, todos os materiais e os bens adquiridos com recursos do FRJ são repassados para o Tribunal de Justiça. Como a política do Judiciário é manter estoques desses itens, o registro ocorre entre contas de estoques das unidades gestoras do FRJ e do TJ. Portanto, o saldo nas contas de estoques do FRJ é temporário.

3.1.1.3 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

A conta VPD pagas antecipadamente apresenta, além da subconta prêmios e seguros a apropriar, a assinaturas e anuidades a apropriar, na qual estão registrados valores decorrentes de adiantamentos a fornecedores, cujo detalhamento está demonstrado no quadro 8.

ESPECIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	VALOR
Licença de software	Silvio Mancusi	658,69
Licença de software	Brasoftware Informática Ltda	8.635.743,60
Licença de software	Canonical Brasil Serviços de Software Ltda	785,50
Licença de software	F5 Software Ltda	29.400,00
Licença de software	AX4B Sistemas de Informatica Ltda	131.470,30
Licença de software	Trier Comercio de Softwares Ltda	580,00
Licença de software	Tecnetworking Serviços	292.844,42
Licença de software	L3 Informática	30.416,60
Licença de software	VS Data Comércio e Distribuição	46.592,70
Licença de software	Teltec Solutions Ltda	5.441.323,49
Licença de software	Update Digital Tecnologia da Informação Ltda	1.399,98
Licença de software	Ryben Tecnologia Assistivas	3.861,00
Licença de software	Open Soluções Tributárias Ltda	5.592,00
Licença de software	AMM Tecnologia e Serviços de Informática S/A	57.333,12
Manutenção de software	Freenet Informática Ltda	52.675,00
Manutenção de software	Teltec Solutions Ltda	2.643.927,98
Manutenção de software	Compwire Informática	1.211.562,64
Renovação de Licença	3F Ltda.	10.323,00
Renovação de Licença	Virtual Automação	365.926,44
Assinaturas de informativos e jornais	Diversos Fornecedores	67.248,45
TOTAL		19.029.664,91

Quadro 8: Despesas Pagas a Apropriar

Cabe destacar que, no momento da liquidação das despesas, os gastos são contabilizados como variações patrimoniais diminutivas e, posteriormente, após verificação da conformidade, é feita a transferência para o ativo circulante, mantendo-se como direitos a amortizar, de acordo com a competência da despesa e a verificação do cumprimento da obrigação pelo fornecedor.

3.1.1.4 Imobilizado

Nessa conta estão contabilizados valores decorrentes de edificações em construção, conforme se demonstra no quadro 9.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Obras em Andamento de Bens de Uso Especial/Dominicais	111.765.106,00
Estudos e Projetos	3.973.513,95
Instalações	5.907.515,32
TOTAL	121.646.135,27

Quadro 9: Detalhamento do Imobilizado

Em atendimento ao art. 6 da Lei nº 8.067/1990, após a conclusão das obras, as edificações são transferidas para a unidade gestora do Tribunal de Justiça.

O quadro 10 apresenta o detalhamento do imobilizado por unidade judiciária.

Comarca/unidade	Valor	Comarca/unidade	Valor
Abelardo Luz	2.123.051,90	Mafra	3.000,00
Almoxarifado	12.750,00	Modelo	6.440,00
Araquari	9.339.830,54	Orleans	3.050,00
Armazém	3.340,00	Palmitos	80.132,12
Balneário Camboriú	18.440,41	Penha	2.200,00
Balneário Camboriú - Vara Família	1.962.914,07	Ponte Serrada	3.140,00
Biguaçu	653,14	Porto Belo	2.100,00
Blumenau	1.283.387,52	Porto União	77.146,60
Blumenau - Furb	13.654,50	Presidente Getúlio	164.681,66
Brusque	216.922,30	Quilombo	0,00
Campo Erê	3.163.912,92	Rio do Oeste	22.455,37
Campos Novos	1.815.456,28	Rio do Sul	0,00
Capital - Eduardo Luz	124.606,68	Rio Negrinho	328.116,62
Capital - Norte da Ilha	2.270.987,28	Santa Cecília	3.000,00
Capital - Norte da Ilha - Canasvieiras	9.807,94	Santa Rosa do Sul	146.524,64
Coronel Freitas	2.540,00	Santo Amaro da Imperatriz	1.756.288,56
Criciúma	98.222,83	São João Batista	22.260,08
Curitibanos	349.065,72	São José	1.609.439,84
Garopaba	69.545,01	São José do Cedro	142.498,48
Garuva	15.359.128,78	São Lourenço do Oeste	14.483.518,27
Imbituba	29.461.943,83	Sombrio	285.692,52
Itajaí	21.489,87	Tangará	3.840,00
Itapoá	1.147.517,49	Taió	163.806,51
Jaguaruna	2.900,00	Tijucas	3.325,00
Joinville	165.763,11	Timbó	21.260.975,25
Lages	4.844.909,25	Palácio da Justiça - Torres I, II	6.781.662,93
Laguna	286.692,67	Urubici	3.050,00
Lauro Muller	3.500,00	Urussanga	114.856,78
TOTAL			121.646.135,27

Quadro 10: Detalhamento do Imobilizado por Comarca

Cumprir informar a existência de obras em andamento que já se encontram concluídas e contabilizadas que, entretanto, não foram registradas no patrimônio.

Isso ocorre, pois a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) solicita o empenhamento dos gastos globais da edificação como obra de construção civil, ou seja, esses empenhos incluem também instalações e mobiliário. Somente após o recebimento definitivo da edificação, a DEA identifica e informa, por meio de processo administrativo, os valores de cada tipo de bem para o adequado registro patrimonial e contábil.

3.1.1.5 Intangível

No intangível são registrados os softwares adquiridos e desenvolvidos e, ao final de cada mês, transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça.

3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e os direitos que se realizarão a curto e a longo prazo. Contudo, salienta-se que o FRJ não possui obrigações de longo prazo.

3.1.2.1 Transferências Fiscais a Curto Prazo

Nessa conta, estão registradas as obrigações com vencimento a curto prazo, as quais decorrem da arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais a serem repassadas a outros órgãos, conforme determina a Lei Complementar nº 807/2022.

O quadro 11 apresenta a especificação da destinação desses recursos.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Ministério Público (FERMP)	7.971.461,01
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	7.085.002,41
TOTAL	15.056.463,42

Quadro 11: Detalhamento das obrigações a curto prazo

3.1.2.2 Valores Restituíveis

São compostos por recursos de terceiros, os quais deverão ser devolvidos a qualquer tempo, sendo, desta forma, registrados no grupo de contas de curto prazo.

O quadro 12 apresenta a composição dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Custas de Condução do Oficialato	55.978.378,94	44.567.664,17
Outros Consignatários	-	111,22
Multa Penal FUNAD	633.298,20	605.995,35
Multa Penal FUNAD	-	37.800,37
Multa Penal FUNPEN	11.265,42	424.370,31
Pagamentos Rejeitados pelo Banco	256.801,80	267.854,47
Depósitos de Terceiros SAJ/EPROC	69.238,86	57.991,48
Depósitos Diversos	153.460,17	2.554.351,31
Contribuição ao RGPS	784.791,02	-
TOTAL	57.887.234,41	48.516.138,68

Quadro 12: Valores Restituíveis

Da análise do quadro 12, verifica-se que a conta referente às custas de condução do oficialato da justiça apresenta o maior saldo. Nesse sentido, necessário esclarecer que os recursos permanecem nessa conta até o cumprimento do mandado judicial, momento em que a unidade judiciária emite um aviso de pagamento e o valor é transferido para o oficial de justiça.

Ainda, integram a conta valores restituíveis, os recursos oriundos da arrecadação de multas penais, que são destinados mensalmente ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), e as contribuições ao RGPS sobre os salários de dezembro/2024.

3.1.3 Patrimônio Líquido

Esse grupo de contas apresenta os resultados acumulados, decorrentes de superávits ou déficits do exercício atual e anteriores, além de ajustes de exercícios anteriores.

Durante 2024 não ocorreram registros de ajustes. O superávit do período foi de R\$ 488.363.585,09 e os resultados acumulados atingiram R\$ 1.329.422.110,94, evidenciando um acréscimo de 19% em relação ao exercício anterior.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Este demonstrativo é similar à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) empresarial, porém, substitui o lucro pelo resultado patrimonial, como indicador de desempenho. As alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária são evidenciadas, pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e as diminutivas (VPD).

No quadro 13, apresenta-se a DVP referente aos dois últimos exercícios.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.303.294.270,49	1.257.852.967,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	879.810.839,06	729.131.895,21
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3.598.146,14	28.685.703,23
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	124.202.244,13	123.479.142,07
Transferências Intragovernamentais Recebidas	220.327.501,61	30.472.205,71
Ganhos com Incorporação de Ativos	36.311.996,46	30.674.007,36
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas (Div. Ativa)	18.556.182,94	166.985.920,53
Multas Administrativas	2.244.514,05	2.117.850,02
Indenizações e Restituições	18.242.846,10	4.606.522,14
Variações Patrim. Aumentativas Fatos Geradores Diversos	-	141.699.721,36
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.092.558.354,03	1.001.354.999,90
Pessoal e Encargos	99.902.482,27	5.085.213,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	368.062.894,69	340.793.215,15
Juros e Encargos de Mora	-	9.190,73
Transferências Intragovernamentais Concedidas	393.668.691,84	161.060.176,91
Outras Transferências Concedidas	86.893.957,74	48.825.802,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	53.504.555,23	199.531.183,64
Despesas Tributárias	16.825.259,86	14.340.518,63
Premiações	275,00	-
Variações Patrim. Diminutivas de Fatos Geradores Diversos	73.700.237,40	231.709.699,04
Resultado Patrimonial do Período	210.735.916,46	256.497.967,73

Quadro 13: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP permite analisar as políticas adotadas pela instituição, a fim de identificar se as alterações no patrimônio público estão em consonância ao atendimento das demandas da sociedade.

Nesse passo, verifica-se que o segundo maior investimento dos recursos ocorre em bens, serviços e consumo de materiais, despesas que se mostram alinhadas à atividade essencial do FRJ, qual seja, o reaparelhamento da justiça.

Necessário ressaltar, que as transferências intragovernamentais concedidas ocupam o ranking das despesas na DVP. Esse valor se refere aos repasses de parte da receita a outros órgãos, conforme determinação legal.

O aumento de gastos com pessoal e encargos se deve à mudança de procedimento de empenhamento de encargos patronais, o qual, em dezembro de 2024, passou a ser realizado parcialmente com recursos do orçamento do FRJ.

3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As variações patrimoniais aumentativas (VPA) têm origem nas contas de classe 4, cujas especificações são detalhadas no balancete de verificação.

Considerando-se o exercício anterior, verifica-se um aumento de 4% nas VPA. As variações tributárias são as mais expressivas, respondendo por 68% das VPA totais. O detalhamento está demonstrado no quadro 14.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Emolumentos e Custas Judiciais	420.740.141,22	368.850.069,25
Taxa Extrajudicial	250.548.930,91	179.812.604,86
Taxa Extrajudicial Destinada a Atos e Serviços Notariais	91.426.149,48	59.075.730,85
Taxa de Serviços Extrajudiciais Vagos	117.095.617,45	121.393.490,25
Total	879.810.839,06	729.131.895,21

Quadro 14: Detalhamento das VPA Tributárias

Destaca-se uma alteração na contabilização da taxa de serviços extrajudiciais vagos, que anteriormente era classificada em outras receitas e, em abril de 2023, foi enquadrada como tributária.

O quadro 15, por sua vez, elucida o percentual de destinação da receita do FRJ originária dos atos e serviços notariais e registrais, conforme dispõe o Art. 2º da Lei Complementar nº 807/2022.

ESPECIFICAÇÃO	Perc. Repartição
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)	24,42%
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP)	4,88%
Atos Notariais	26,73%
Assistência Judiciária Gratuita - AJG	24,42%
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	19,55%
Total	100,00%

Quadro 15: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

Assim, a repartição da receita do FRJ relativa à taxa de serviços extrajudiciais, prevista na Lei Complementar nº 807/2022, está evidenciada no gráfico 2.

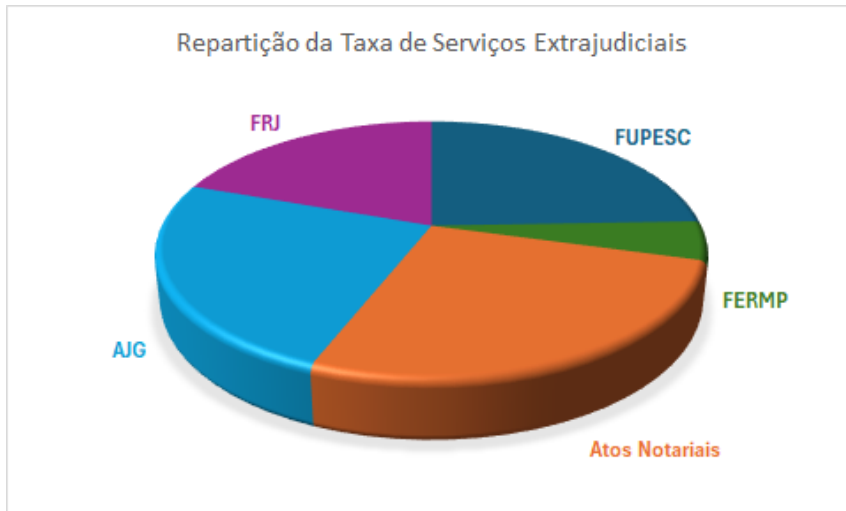


Gráfico 2: Repartição da Taxa de Serviços Extrajudiciais

Destaca-se que, a parcela destinada a honorários advocatícios e periciais da Assistência Judiciária Gratuita (AJG) representa o limite máximo de gastos, não ocorrendo o registro individualizado da receita para essa finalidade.

Além da participação na taxa do FRJ, são destinados ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público 20% da receita líquida da taxa de serviços judiciais, prevista na Lei nº 17.654/2018.

O gráfico 3 evidencia a arrecadação das custas extrajudiciais. Destaca-se que a queda ocorrida em abril/2023 reflete uma mudança na forma de tributação, quando entrou em vigor a taxa de serviços extrajudiciais, com recolhimento pelos serventuários de cartórios no mês subsequente à cobrança dos atos.

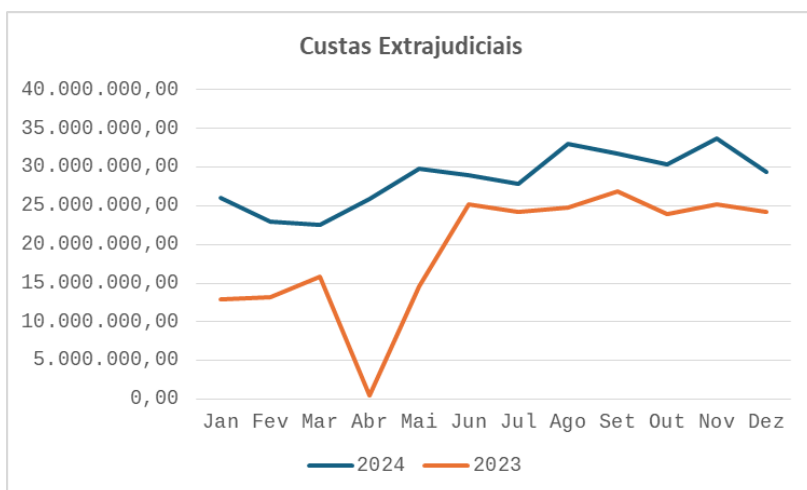


Gráfico 3: Arrecadação Custas Extrajudiciais

Desde o mês de maio/2023, observa-se um aumento na arrecadação, destacando-se que em 2024, o crescimento foi de 48% em relação ao exercício anterior. Isso decorre da implantação

da Lei Complementar Estadual nº 807/2022, que alterou a matriz de incidência da taxa do FRJ e extinguiu a taxa do Selo de Fiscalização.

As custas extrajudiciais destinadas aos atos e serviços notariais, por sua vez, aumentaram 56% em relação a 2023. Essa receita equivale a um percentual de 26,73% da taxa de serviços extrajudiciais e estão evidenciadas no gráfico 4. Essa parcela da arrecadação destina-se a custear os atos isentos ou gratuitos, o pagamento de renda mínima e os gastos com pessoal.

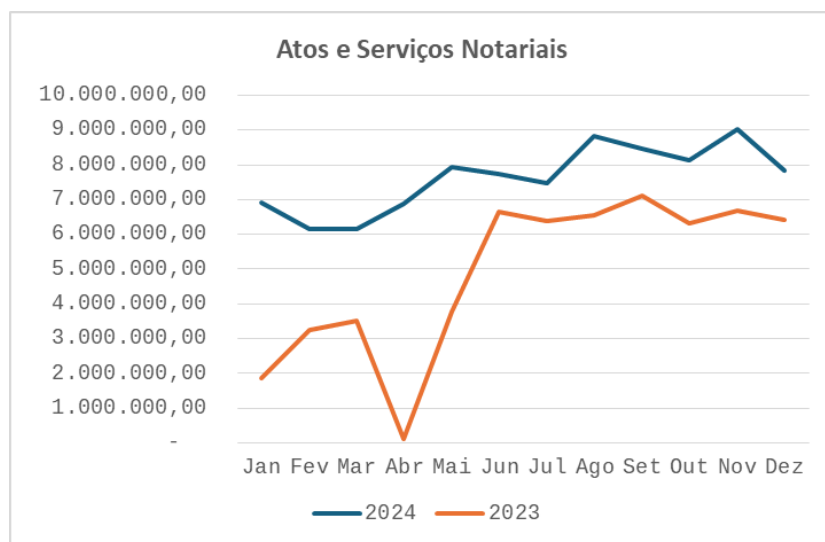


Gráfico 4: Arrecadação Destinada a Atos e Serviços Notariais

Na existência de serventias vagas, com fulcro na Lei Federal nº 8.935/1994 e na Resolução nº 81/2009, quando ocorre a ausência de titulares de cartórios extrajudiciais, o Poder Judiciário nomeia interinamente oficiais para responderem por tais serviços. Nessa situação, o resultado líquido das serventias é revertido ao Fundo de Reparelhamento da Justiça.

O quadro 5 demonstra a arrecadação desses valores nos últimos dois exercícios, no qual observa-se uma queda decorrente da substituição dos oficiais interinos por titulares concursados.

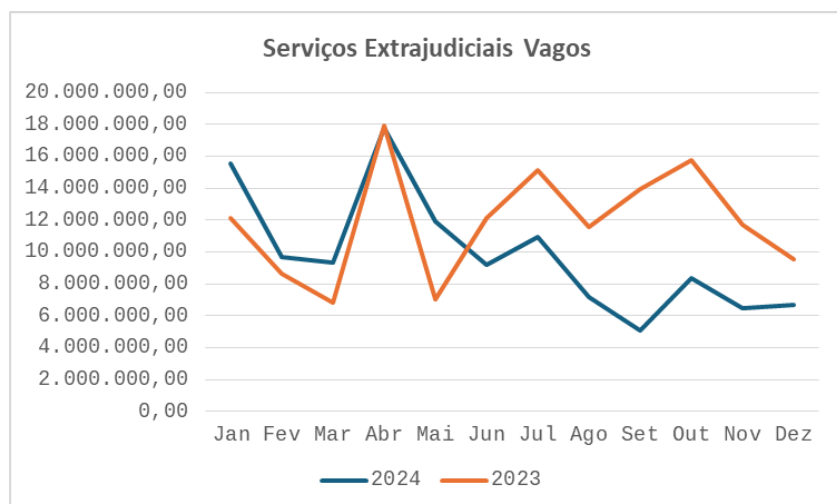


Gráfico 5: Arrecadação de Serviços Extrajudiciais Vagos

As custas judiciais, por sua vez, decorrem do pagamento de taxas vinculadas à prática de atos judiciais. Conforme demonstra o gráfico 6, houve um aumento de 15% em sua arrecadação, quando comparado ao exercício anterior.

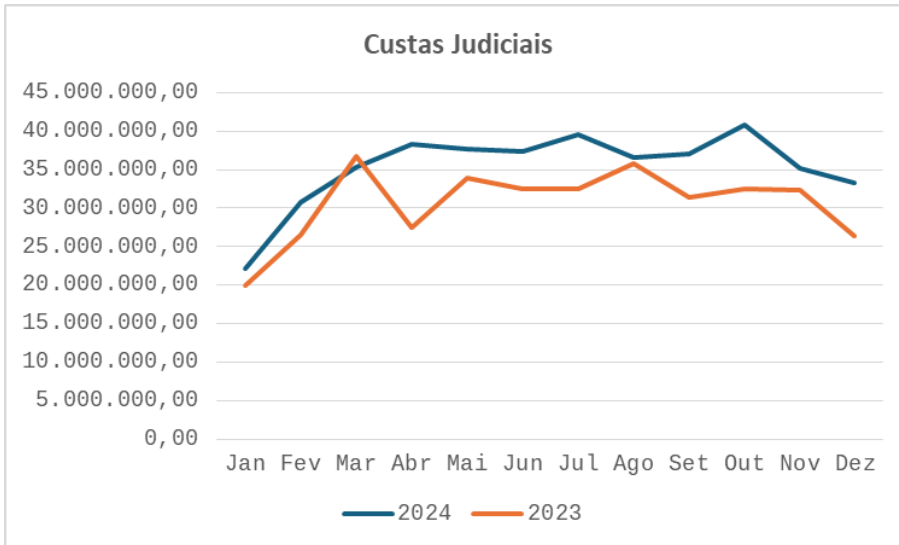


Gráfico 6: Arrecadação de Custas Judiciais

Ainda quanto às contas que fazem parte da VPA tem-se os ganhos com a incorporação de ativos que decorrem da inscrição da dívida ativa tributária e não tributária. Importante mencionar que a inscrição e a arrecadação são realizadas por meio do Sistema de Arrecadação Tributária do Estado de Santa Catarina (SAT).

Já a conta indenizações e restituições se refere à recuperação de despesas de exercícios anteriores e a conta VPA Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a valores permutativos, os quais correspondem ao provisionamento para repasse da receita ao FERMP e ao FUPESC, ao reconhecimento de receitas diversas e a devoluções da dívida ativa.

3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

As variações patrimoniais diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais têm origem nas contas de classe 3, apresentadas detalhadamente no balancete de verificação.

As VPD, descritas por natureza, estão demonstradas no quadro 16.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Pessoal e Encargos	99.902.482,27	5.085.213,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	368.062.894,69	340.793.215,15
Juros e Encargos de Mora	-	9.190,73
Transferências Intragovernamentais Concedidas	393.668.691,84	161.060.176,91
Outras Transferências Concedidas	86.893.957,74	48.825.802,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	53.504.555,23	199.531.183,64
Despesas Tributárias	16.825.259,86	14.340.518,63
Premiações	275,00	-
VPD decorrentes de Fatos Geradores Diversos	73.700.237,40	231.709.699,04
TOTAL	1.092.558.354,03	1.001.354.999,90

Quadro 16: Variações Patrimoniais Diminutivas

O gráfico 6 apresenta as variações patrimoniais diminutivas por natureza do gasto.

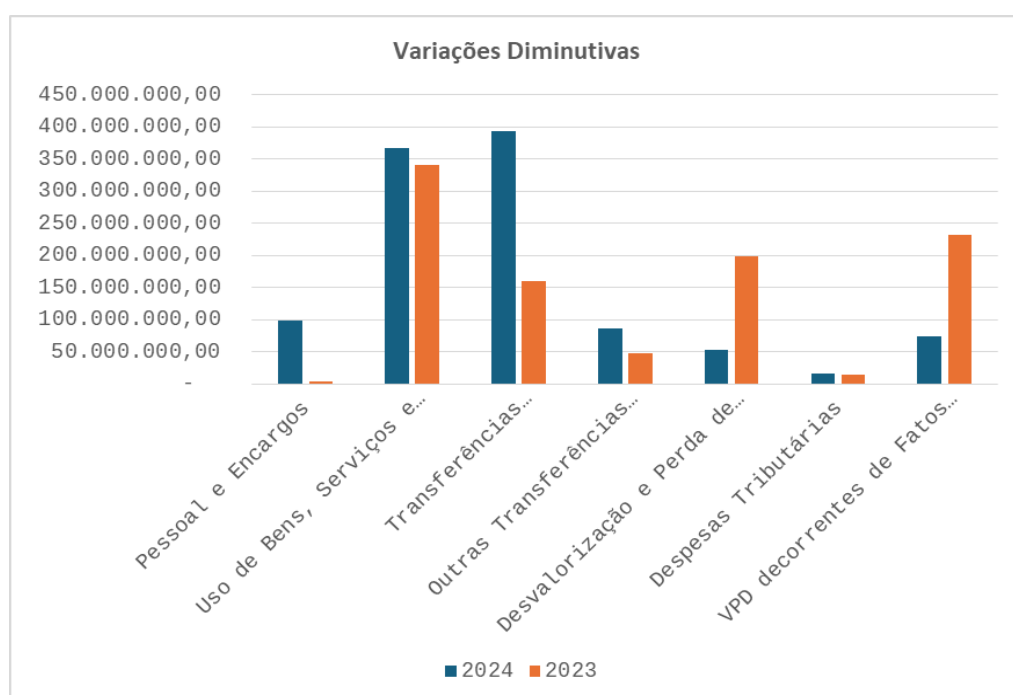


Gráfico 6: Especificação das VPD

As variações patrimoniais diminutivas aumentaram 9% em relação ao exercício anterior. Na conta desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos foram registrados ajustes para perdas de dívida ativa tributária e não tributária. As VPD com uso de bens, serviços e consumo representam 34% do total, e sofreram um acréscimo de 8%, atingindo aproximadamente R\$ 368 milhões.

As transferências intragovernamentais foram as VPD mais expressivas, respondendo por 36% do total. Compreendem os repasses de recursos orçamentários entre unidades do orçamento público do estado.

O quadro 17 apresenta o detalhamento dessas transferências.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário - FUPESC	81.542.807,42	58.408.469,05
Repasso de Emolumentos e Custas Judiciais Fundo Reap. Judiciário - FERMP	98.241.536,56	83.263.796,49
Repasso Concedido - DC/NC - Rec. Próprios	10.005.057,42	8.746.455,67
Arrecadação Financeira - SAT	1.921.965,80	2.267.323,88
Movimento de Fundos a Créditos - Próprios	200.748.725,37	8.202.830,94
Correspondência de Créditos - Repasses/OB Extra	1.208.599,27	171.300,88
TOTAL	393.668.691,84	161.060.176,91

Quadro 17: Transferências Intragovernamentais

A conta outras transferências concedidas teve um aumento de 77,97% em 2024, quando comparada ao exercício anterior. Isso se deve, principalmente a transferências de bens móveis e imóveis, no valor de R\$ 31.735.408,35, à unidade gestora do Tribunal de Justiça.

Por outro lado, a conta Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas apresentou uma queda de 68,19% em 2024, em confronto com 2023, o que implica em uma diferença de R\$ 158.009.461,64.

O quadro 18 apresenta o detalhamento dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Ajuda de Custo	14.368.405,62	5.281.449,05
Restituição por Assistência Médica e Odontológica	211.719,31	11.408,58
Outras Indenizações	214.042,61	7.641.934,68
Outras Restituições	58.792.799,27	75.295.644,34
Baixa de dívida ativa pelo recebimento	113.270,59	323.353,19
VPD Reconhecimento de Passivo - Participação Receitas do Estado	-	143.155.909,20
Total	73.700.237,40	231.709.699,04

Quadro 18: Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Salienta-se que as contas outras indenizações e outras restituições englobam ressarcimentos de atos isentos a cartório privados, bem como, devolução de multas contratuais e indenizações diversas.

Destaca-se, ainda, que a conta ajuda de custo refere-se ao pagamento de renda mínima, um auxílio financeiro realizado mensalmente às serventias extrajudiciais para o custeio de despesas com aluguéis, pessoal e outros gastos operacionais.

O quadro 19 apresenta os gastos das subações 6786, destinada a garantir a prestação de serviços oficiais de atos e serviços notariais, e 14061, referente à fiscalização dos cartórios.

ESPECIFICAÇÃO	2024
Gastos com pessoal - salários, encargos sociais e auxílios	8.585.291,90
Diárias	306.924,03
Ajuda de Custo	14.368.405,62
Restituição	55.085.097,28
Ressarcimento ref. selos devolvidos	2.641.258,53
Indenizações serv. extrajudiciais vagos	214.042,61
TOTAL	81.201.019,97

Quadro 19: Gastos referentes a atos e serviços notariais – cartórios extrajudiciais

3.3 BALANÇO FINANCEIRO

Este demonstrativo está fundamentado no Art. 103 da Lei nº 4.320/1964, apresentando os ingressos e os desembolsos de natureza orçamentária e extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e os que transferem saldos para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro e sua finalidade principal é evidenciar a totalidade das movimentações financeiras de entrada e saída que impactam o Caixa e Equivalentes de Caixa, possibilitando a apuração do resultado financeiro.

O quadro 20 apresenta este demonstrativo referente aos dois últimos exercícios, de modo que os resultados podem ser confirmados com a conta caixa e equivalentes de caixa apresentada no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
INGRESSOS		
Receita Orçamentária (I)	1.029.781.883,36	886.062.120,22
Recursos Não Vinculados	24.898.192,07	36.175.484,90
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	1.004.883.691,29	849.886.635,32
Demais Vinculações Legais	1.004.883.691,29	849.886.635,32
Transferências Financeiras Recebidas (II)	40.543.157,63	29.726.963,77
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	19.307.322,20	19.087.817,40
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	21.235.835,43	10.639.146,37
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.188.876.326,23	1.008.912.965,46
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	61.266.557,71	68.584.125,25
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.693.510,69	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.125.916.257,83	940.328.840,21
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.071.384.204,91	858.892.108,83
Caixa e Equivalente de Caixa	1.071.384.204,91	858.892.108,83
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	3.330.585.572,13	2.783.594.158,28
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)	718.032.003,76	587.185.589,02
Recursos Não Vinculados	27.308.103,50	47.194.991,81
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	690.723.900,26	539.990.597,21
Demais Vinculações Legais	690.723.900,26	539.990.597,21
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	211.025.236,83	161.057.867,58
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	189.789.401,40	150.418.721,21
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	21.235.835,43	10.639.146,37
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.141.402.174,09	963.966.496,77
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	24.857.011,99	28.317.095,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.116.545.162,10	935.649.401,70
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
Caixa e Equivalente de Caixa (EXCETO AO RPPS)	1.260.126.157,45	1.071.384.204,91
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	3.330.585.572,13	2.783.594.158,28

Quadro 20: Balanço Financeiro

3.3.1 Ingressos

As receitas ordinárias são classificadas como não vinculadas, ou seja, são livres da alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, podendo atender quaisquer finalidades, conforme se apresenta no quadro 21.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1911.01.0.3.96 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	89.035,91
1911.01.0.4.96 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	21.294,89
1911.08.0.1.03 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	60.152,08
1911.09.0.1.02 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	2.184.361,97
1921.03.0.1.03 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	3.625.776,51
1922.06.3.1.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	13.269,47
1922.06.3.3.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	10.009,65
1922.06.3.4.30 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	7.579,24
1931.05.0.1.03 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	280.513,33
1999.99.2.1.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	3.598.146,14
1999.99.2.3.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	289.882,59
1999.99.2.4.99 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	211.249,80
7923.99.0.1.73 1.5.01.269000	Outros Recursos Não Vinculados	14.506.920,49
TOTAL		24.898.192,07

Quadro 21: Receitas Orçamentárias Não Vinculadas

No exercício anterior, as receitas de aplicações financeiras estavam classificadas como ordinárias. Porém, com as alterações das fontes de recursos implementadas em 2023, passaram a ser classificadas como receitas vinculadas, conforme se demonstra no quadro 22.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	SALDO
1121.01.0.1.12 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	20.354,47
1122.01.0.1.14 1.7.53.219015	Recursos de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	117.095.617,45
1122.50.0.1.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	420.378.244,76
1122.50.0.3.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	637.804,86
1122.50.0.4.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	504.055,52
1122.51.0.1.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	-13.046,08
1122.51.0.1.04 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	250.561.976,99
1122.51.0.1.05 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	91.405.795,01
1122.51.0.3.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	9.627,69
1122.51.0.4.01 1.7.60.219025	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais	8.419,78
1321.01.0.1.57 1.7.60.282062	Recursos de Emolumentos - Remuneração de Disp. Bancária	124.202.244,13
1911.01.0.3.07 1.7.59.269000	Outras Vinculações Legais - Outros recursos	6.095,26
1911.01.0.4.07 1.7.59.269000	Outras Vinculações Legais - Outros recursos	1.648,06
1922.06.3.1.35 1.7.60.212000	Recursos de Apoio a Atos e Serviços Notariais	64.853,39
TOTAL		1.004.883.691,29

Quadro 22: Receitas Orçamentárias Vinculadas

As transferências recebidas para execução orçamentária decorrem de repasses oriundos do Tesouro do Estado e totalizam R\$ 19.307.322,20, sendo R\$ 15.281.176,26 para custear honorários do sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) e o restante, R\$ 4.026.145,94, refere-se ao ressarcimento de despesas com INSS.

As transferências recebidas independentes da execução orçamentária se referem a atos permutativos, não representando efetivo desembolso. Os depósitos restituíveis e valores vinculados incluem, sobretudo, o registro temporário da arrecadação das receitas tributárias, das conduções do oficialato da justiça e da reversão de ajustes para perdas da dívida ativa.

3.3.2 Dispêndios

As despesas orçamentárias estão totalizadas pelo montante empenhado no exercício, do qual, aproximadamente, 68,6 milhões de reais não foram liquidados, sendo inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.

O quadro 23 evidencia as transferências concedidas para execução orçamentária.

ÓRGÃOS DESTINATÁRIOS	2024	2023
Fundo Especial de Reap. Do Min. Público (FERMP)	98.241.536,56	83.263.796,49
Fundo Penitenciário do Estado de SC (FUPESC)	81.542.807,42	58.408.469,05
Tesouro do Estado de Santa Catarina/PASEP	10.005.057,42	8.746.455,67
TOTAL	189.789.401,40	150.418.721,21

Quadro 23: Transferências Concedidas para Execução Orçamentária

Os pagamentos extraorçamentários se referem à execução de restos a pagar inscritos no exercício anterior e pagos em 2024. A contas depósitos restituíveis e valores vinculados, por sua vez, compreende pagamento de retenções tributárias, devolução de recursos de terceiros, transferência de valores arrecadados para as contas de receita orçamentária, inicialmente contabilizados em contas extraorçamentárias, e pagamentos de custas de condução do oficialato.

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É composto pelos quadros das receitas orçamentárias, contabilizadas pelo regime de caixa; despesas orçamentárias, registradas pelo regime de competência (liquidação); e restos a pagar não processados.

3.4.1 Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas estão demonstradas no quadro 24.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	760.024.224,00	760.024.224,00	1.029.781.883,36	269.757.659,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	663.478.211,00	663.478.211,00	880.608.850,45	217.130.639,45
RECEITA PATRIMONIAL	80.662.523,00	80.662.523,00	124.202.244,13	43.539.721,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.883.490,00	15.883.490,00	24.970.788,78	9.087.298,78
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	760.024.224,00	760.024.224,00	1.029.781.883,36	269.757.659,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	760.024.224,00	760.024.224,00	1.029.781.883,36	269.757.659,36
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	760.024.224,00	760.024.224,00	1.029.781.883,36	269.757.659,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		305.709.512,94	207.737.044,27	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro		305.709.512,94	207.737.044,27	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Quadro 24: Receitas Orçamentárias

A principal receita corrente é a tributária, cujos ingressos são provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Já a receita patrimonial decorre, principalmente, da remuneração de aplicações financeiras e as outras receitas correntes são oriundas da arrecadação de multas contratuais e outros valores administrativos.

Observa-se que a receita orçamentária arrecadada foi superior à prevista em 35%. No exercício anterior, o excedente foi de 38%. Enquanto as receitas tributárias superaram as previstas em 33%, a arrecadação da receita patrimonial superou a previsão em 54% e outras receitas correntes, em 57%.

3.4.2 Despesas Orçamentárias

O Balanço orçamentário apresenta o quadro das despesas orçamentárias individualizadas em correntes e de capital, conforme se demonstra no quadro 25.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES	450.980.721,00	747.834.718,02	588.519.162,77	548.847.485,90	547.153.975,21	159.315.555,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.682.409,00	152.856.740,07	93.590.532,06	93.590.532,06	93.439.500,98	59.266.208,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	442.298.312,00	594.977.977,95	494.928.630,71	455.256.953,84	453.714.474,23	100.049.347,24
DESPESAS DE CAPITAL	155.931.289,00	157.146.911,60	129.512.840,99	107.917.960,15	107.917.960,15	27.634.070,61
INVESTIMENTOS	155.931.289,00	157.146.911,60	129.512.840,99	107.917.960,15	107.917.960,15	27.634.070,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
DESPESAS TOTAIS	606.912.010,00	904.981.629,62	718.032.003,76	656.765.446,05	655.071.935,36	186.949.625,86
SUPERAVIT	-	-	311.749.879,60	-	-	-
TOTAL	606.912.010,00	904.981.629,62	1.029.781.883,36	656.765.446,05	655.071.935,36	186.949.625,86

Quadro 25: Despesas Orçamentárias

A dotação inicial foi atualizada em 49%, com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos não utilizados totalizaram aproximadamente 187 milhões de reais, equivalentes a 20% da dotação atualizada. A despesa empenhada foi

superior à liquidada em 9%, restando 68,6 milhões, inscritos em restos a pagar não processados, cujo saldo não liquidado até 31 de março de 2025 será cancelado.

A execução orçamentária evidencia a movimentação dos créditos orçamentários e adicionais do período, possibilitando acompanhamento e controle das despesas, em valores e em percentuais, por grupo de natureza da despesa.

O quadro 26 apresenta a execução orçamentária das despesas até dezembro/2024.

GRUPO DE NATUREZA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	PERC.	LIQUIDADO	PAGO	PERC.
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	152.856.740,07	93.590.532,06	61,23%	93.590.532,06	93.439.500,98	99,84%
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	594.977.977,95	494.928.630,71	83,18%	455.256.953,84	453.714.474,23	99,66%
4 DESPESAS DE CAPITAL	157.146.911,60	129.512.840,99	82,42%	107.917.960,15	107.917.960,15	100,00%
TOTAL	904.981.629,62	718.032.003,76	79,34%	656.765.446,05	655.071.935,36	99,74%

Quadro 26: Demonstrativo da Execução das Despesas Orçamentárias

A execução dos restos a pagar não processados (RPNP) está demonstrada no quadro 27. Verificou-se que, do total de RPNP, 36,2% foram liquidados e pagos e o restante (63,8%), cancelado. Referente às despesas correntes, foram cancelados 54,9%, enquanto das despesas de capital, 87,3%. Destaca-se que, esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2025.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS			LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
DESPESAS CORRENTES	-	49.827.128,90	22.473.486,00	22.473.486,00	22.473.486,00	27.353.642,90	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	49.827.128,90	22.473.486,00	22.473.486,00	22.473.486,00	27.353.642,90	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	18.756.996,35	2.383.525,99	2.383.525,99	2.383.525,99	16.373.470,36	-
INVESTIMENTOS	-	18.756.996,35	2.383.525,99	2.383.525,99	2.383.525,99	16.373.470,36	-
TOTAL	-	68.584.125,25	24.857.011,99	24.857.011,99	24.857.011,99	43.727.113,26	-

Quadro 27: Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados

No quadro 28, demonstra-se o resultado orçamentário do exercício, onde são consideradas as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

DESCRIÇÃO	RECEITAS		DESPESAS			
	VALOR	PERC.	DESCRIÇÃO	VALOR	PERC.	
RECEITAS CORRENTES	1.029.781.883,36	100%	DESPESAS CORRENTES	588.519.162,77	57%	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	880.608.850,45	86%	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	93.590.532,06	9%	
RECEITA PATRIMONIAL	124.202.244,13	12%	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	494.928.630,71	48%	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.970.788,78	2%	DESPESAS DE CAPITAL	129.512.840,99	13%	
			INVESTIMENTOS	129.512.840,99	13%	
	SUBTOTAL	1.029.781.883,36	100%	SUBTOTAL	718.032.003,76	70%
	DÉFICIT	-	0%	SUPERÁVIT	311.749.879,60	30%
TOTAL	1.029.781.883,36	100%	TOTAL	1.029.781.883,36	100%	

Quadro 28: Resultado Orçamentário

Verifica-se que o resultado é superavitário, correspondendo a 30% do total. As receitas tributárias, provenientes das taxas de serviços judiciais e extrajudiciais, respondem por 86% da arrecadação e as despesas mais relevantes são as outras despesas correntes, equivalentes a 48% das despesas totais.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Essa demonstração é composta pelos quadros principal (quadro 28), de transferências recebidas e concedidas (quadro 29), de desembolsos de pessoal e demais despesas por função (quadro 31) e de juros e encargos da dívida. Apresenta os fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, decorrentes das entradas e das saídas de caixa relacionadas à execução orçamentária do próprio órgão e às movimentações relativas a transferências intraorçamentárias, resultando na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. Esta geração compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que não oferecem riscos. Os fluxos de caixa consistem nas entradas e nas saídas de caixa e equivalentes de caixa, incluindo o investimento do excesso de ingressos registrados nessa conta.

O quadro principal da Demonstração dos Fluxos de Caixa está evidenciado no quadro 29.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	1.070.325.040,99	915.789.083,99
Receita Tributária	880.608.850,45	726.388.381,21
Remuneração das Disponibilidades	124.202.244,13	123.479.142,07
Outras Receitas Derivadas e Originárias	24.970.788,78	36.194.596,94
Outros ingressos operacionais	40.543.157,63	29.726.963,77
Desembolsos	779.868.018,24	624.341.821,97
Pessoal e demais despesas	488.779.424,78	463.048.059,57
Transferências concedidas	80.063.356,63	235.894,82
Outros desembolsos operacionais	211.025.236,83	161.057.867,58
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	290.457.022,75	291.447.262,02
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Desembolsos	110.301.486,14	83.634.493,23
Aquisição de ativo não circulante	101.999.316,63	78.266.436,74
Outros desembolsos de investimentos	8.302.169,51	5.368.056,49
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(110.301.486,14)	(83.634.493,23)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	180.155.536,61	207.812.768,79
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.022.868.177,45	815.055.408,66
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.203.023.714,06	1.022.868.177,45

Quadro 29: Demonstração dos Fluxos de Caixa

Verifica-se na DFC que o ingresso de recursos foi superior ao desembolso, resultando em uma geração líquida de caixa de 180,1 milhões de reais. No exercício anterior, essa geração atingiu 207,8 milhões de reais. Ao se analisar os fluxos das atividades operacionais, observa-se um acréscimo de 16,9% nos ingressos, enquanto o incremento nos desembolsos foi de 24,9%. O desembolso das atividades de investimento também se elevou em 31,9%. Portanto, o aumento dos

desembolsos em relação ao aumento dos ingressos resultou em queda significativa da capacidade de geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

No exercício anterior, o incremento no caixa foi de 25,5% e, em 2024, de 17,6%. Contudo, por se tratar de recursos públicos, que devem ser utilizados de forma a gerar benefícios à sociedade, observa-se que o montante líquido em caixa e equivalentes de caixa supera um bilhão de reais.

O quadro 30 demonstra somente as transferências concedidas, haja vista que a DFC apresenta saldo zero para as transferências recebidas.

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2024	2023
Intergovernamentais	80.063.356,63	235.894,82
Outras transferências concedidas	-	-
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	80.063.356,63	235.894,82

Quadro 30: Demonstrativo das Transferências Recebidas e Concedidas

No quadro 31 estão especificadas as despesas de pessoal e demais despesas, individualizadas por função.

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Judiciária	392.917.533,59	380.028.993,04
Essencial à Justiça	95.861.891,19	83.019.066,53
TOTAL DOS DESEMBOLSOS POR FUNÇÃO	488.779.424,78	463.048.059,57

Quadro 31: Demonstrativo de Desembolsos de Pessoal e demais Despesas por Função

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa e a conciliação dos valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa com os respectivos itens do Balanço Patrimonial estão demonstrados no quadro 32.

DOMICÍLIO BANCÁRIO	FONTE DE RECURSOS	BP	DFC	REC. TERCEIROS
001 035823 0000350001	1.500.100.000	607.322,20	607.322,20	-
001 035823 0000350001	1.500.101.000	-	-	-
001 035823 0000350001	1.501.269.000	13.207.858,66	13.207.858,66	-
001 035823 0000350001	1.753.219.015	103.202.601,36	103.202.601,36	-
001 035823 0000350001	1.759.269.000	7.743,32	7.743,32	-
001 035823 0000350001	1.760.212.000	13.050.213,19	13.050.213,19	-
001 035823 0000350001	1.760.219.025	223.976.016,75	223.976.016,75	-
001 035823 0000350001	1.760.282.062	78.431.395,01	78.431.395,01	-
001 035823 0000350001	1.760.282.063	-	-	-
001 035823 0000350001	1.799.269.000	-	-	-
001 035823 0000350001	2.500.100.000	158.804,68	158.804,68	-
001 035823 0000350001	2.501.101.000	2.309,33	2.309,33	-
001 035823 0000350001	2.501.180.000	3.166.052,90	3.166.052,90	-
001 035823 0000350001	2.501.269.000	7.907.196,48	7.907.196,48	-
001 035823 0000350001	2.753.219.015	113.801.403,71	113.801.403,71	-
001 035823 0000350001	2.759.269.000	133.044.128,66	133.044.128,66	-
001 035823 0000350001	2.760.212.000	73,22	73,22	-
001 035823 0000350001	2.760.219.025	208.448.883,35	208.448.883,35	-
001 035823 0000350001	2.760.219.085	10.986,55	10.986,55	-
001 035823 0000350001	2.760.219.097	135.284.957,05	135.284.957,05	-
001 035823 0000350001	2.760.282.062	168.714.050,28	168.714.050,28	-
001 035823 0000350001	2.760.282.063	7,85	7,85	-
001 035823 0000350001	2.799.269.000	1.709,51	1.709,51	-
001 035823 0000350001	1.862.999.000	1.080.788,15	-	1.080.788,15
001 035823 0000350001	1.869.999.000	43.276,30	-	43.276,30
001 035823 0000780006	1.862.999.000	55.978.378,94	-	55.978.378,94
TOTAL		1.260.126.157,45	1.203.023.714,06	57.102.443,39

Quadro 32: Demonstrativo de Conciliação dos Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta por depósitos de recursos próprios e temporários de terceiros que serão convertidos em receita, realizados na conta corrente 35000-1, e depósitos para o pagamento de conduções do oficialato da justiça, na conta 78000-6, do Banco do Brasil.

Os valores da conta caixa e equivalentes de caixa são aplicados no mercado financeiro, conforme se evidencia no quadro 33.

CONTA	BB Atlas FIF RF	BB RF CP Diferenciado	TOTAL
001 035823 0000350001	1.203.849.196,91	291.139,70	1.204.140.336,61
001 035823 0000780006	-	55.978.378,94	55.978.378,94
TOTAL	1.203.849.196,91	56.269.518,64	1.260.118.715,55

Quadro 33: Demonstrativo de Investimentos dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo investido no BB Atlas TJSC Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Responsabilidade Limitada era 1,2 bilhões de reais. O fundo possui classe única de cotas, ou seja, é um fundo exclusivo. A taxa de global, incidente sobre o patrimônio líquido, é de 0,12% a.a., sendo composta da seguinte forma: taxa de administração (0,0128% a.a.), taxa de gestão (0,0298% a.a.) e taxa máxima de distribuição (0,0774% a.a.).

No fundo o Fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Fic Fi, o saldo em 31 de dezembro de 2024 era de aproximadamente 56,3 milhões de reais. O investimento inicial mínimo é de 300 mil reais e o investimento adicional mínimo, 10 mil reais. A taxa de administração é 0,50% do patrimônio líquido. A carteira é composta por operações compromissadas over (89,97%), títulos públicos federais (10,03%).

A BB DTVM classifica os fundos numa escala de 1 a 5, de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento. Nessa escala, a classificação de risco desse fundo é 1,0, não existindo garantia de rentabilidade. O fundo é supervisionado e fiscalizado pela CVM

4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONTÁBIL

A conformidade contábil e de gestão é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade da Documentação Comprobatória da Despesa: a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após checada a regularidade da documentação. Trata-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Obrigações Acessórias: todas as obrigações acessórias das unidades gestoras FRJ e TJSC foram cumpridas integralmente, utilizando o CNPJ 83.845.701/0001-59, tanto as municipais quanto as federais, conforme demonstram os documentos inseridos no PA SEI 58.2023.8.0710. Foram apresentadas mensalmente declarações fiscais de retenção e substituição de ISSQN a 113 municípios do Estado de Santa Catarina. A EFD-REINF, o E-Social e a DCTFWEB foram enviados mensalmente, a partir da exigência legal, enquanto a DCTF sem movimento e a DIRF, anualmente, exceto os arquivos de retificação, enviados conforme a necessidade.
- PASEP: as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do TJSC foram encaminhados ao Tesouro do Estado, por descentralização financeira, tendo em vista que o recolhimento ocorre de forma centralizada;
- Conciliação Bancária: a conciliação bancária foi realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários.

5 REGULARIDADE DE INVENTÁRIO

Os materiais e os bens do Poder Judiciário são administrados pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A mesma diretoria é responsável por realizar anualmente o inventário dos materiais em almoxarifado e dos bens em estoque e patrimoniais.

No entanto, todos os materiais e os bens adquiridos durante o exercício foram transferidos à unidade gestora do Tribunal de Justiça. Desse modo, dada a inexistência de bens a serem inventariados, não foram apresentadas declarações de regularidade de inventário.

**Contadora do Fundo de Reaparelhamento da Justiça
CRC/SC 021875**